

Arquitetura em tempos difíceis¹

Luiz Recamán - 2015

A realidade urbana brasileira não é um obstáculo para o trabalho de arquitetura de Héctor Vigliecca. Dispõe dele para criticá-la e transformá-la, dentro dos estreitos limites impostos pela situação atual aos instrumentos de arquitetura e urbanismo. Se essa operação for considerada, como deve ser nesse caso, como fundamental, e não apenas adjetiva, veremos que isso distingue esse trabalho de uma longa tradição local. Para esse arquiteto, as cidades de hoje, disformes, não são referência semântica tradicional, mas algumas estruturas espaciais devem ser nelas reconhecidas e criticamente enfatizadas, para reafirmar sua dimensão coletiva, não apenas de seus usos, mas de sua apreensão e entendimento comum.

Isso quer dizer que esse trabalho não encontra eco na tradição arquitetônica brasileira, que tem suas bases em pressupostos opostos a esse: a total desvinculação do edifício com as dimensões cultural e espacial preexistentes nas cidades. Dois aspectos importantes devem ser considerados nesse juízo, antes de ser descartado como bordão inócuo diante das grandes qualidades da arquitetura brasileira.

Primeiro, trata-se aqui de analisar a produção local como *matriz* hegemônica, consolidada no Estado desenvolvimentista deflagrado em 1930, principalmente depois dos investimentos infraestruturais com fins industrializantes programados a partir de 1934. Esse vínculo formativo dá origem e programas funcional e estético para a arquitetura brasileira; e vigora ideologicamente até o projeto de Brasília, no final dos anos 1950. A produção é variada, mas não se pode negligenciar um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns”, como sintetiza Antonio Candido em “Formação da Literatura Brasileira”, de 1959. Em São Paulo, as diferentes questões impostas pela rápida urbanização e a intensa industrialização da década de 1950 reordena essa matriz para um novo pano de fundo. Não mais a paisagem natural, identidade nacional e governo federal, mas agora o espaço urbano desordenado, a habitação e a industrialização. Enquanto vigorou o impulso agregador do desenvolvimentismo – em fase de avanço da infraestrutura produtiva ou em fase de avanço industrial – a

¹ Este trabalho foi originalmente publicado em:
RECAMÁN, Luiz. Arquitetura em tempos difíceis. In: Lizete Rubano. (Org.). O terceiro território: habitação coletiva e cidade. 01 ed. São Paulo: la mar en coche, 2015, v. 01, p. 37-57.

arquitetura brasileira constituiu uma “unidade” em seus fundamentos estéticos. Esses podem ser resumidos na determinação do objeto arquitetônico como campo exclusivo de exploração formal, no qual todas as tensões externas – como as tecnológicas, políticas e sociourbanas – foram sublimadas e estetizadas, destituídas de sua valência tectônica. Índice da distância crescente entre os emblemas nacionais propulsores e o desenvolvimento social brasileiro, às claras desde 1964.

O segundo aspecto, a necessidade de substanciar o que lhe envolve implicando a anulação da cidade existente, desdobramento do foco no edifício-objeto, tem claro fundamento crítico. Não se tratou de mera elaboração de ideais de beleza, mas de uma objeção àquilo que não lhe correspondia como princípio e ideal: a injustiça social brasileira e sua espacialização nas cidades desordenadas. A arquitetura produzida teria dupla função: o contraste exemplar e, aí reside o problema, uma alternativa generalizável.

O material urbano e arquitetônico tradicional – real – não poderia ser a base de nenhuma relação com a novidade. Ainda que na iniciativa inaugural desse sistema, no projeto construído do MESP no Rio de Janeiro em 1936, esteja presente uma base urbana *Beaux-Arts*, a contragosto, mas gerando grande solução de implantação. Cultura histórica burguesa que era alvo de grandes restrições tanto do esquema de Le Corbusier como do de Lúcio Costa – ambos confluindo nesse momento.

Porém, essa alternativa realizada – bloco moderno em sutil diálogo com a morfologia das quadras da reforma da República Velha – foi descartada, assim como o diálogo com a sobriedade da arquitetura colonial, novamente na acepção ideológica de Lúcio Costa. Isso pode ser deduzido na simbiose contraditória do Pavilhão de Nova Iorque, dele e de Oscar Niemeyer, em 1939. Antitipologia que deu a chave estética para a solução definitiva da Pampulha, em seu isolamento fictício, e base da linguagem a ser desenvolvida a seguir.

Os vocábulos modernos emprestados exigiam *expansão, tipo e universalidade*, energias sociais inexistentes no contexto local. Esses foram transmutados na necessidade de ordenar um algo a mais que a exata – e antimoderna – identificação da arquitetura com um volume constricto, lócus para onde convergiam as restrições sociais impostas no contexto brasileiro dos anos 1940. Esse algo além, que não pode se configurar como urbano, é o *conjunto*, que realiza as necessidades latentes de propagação segundo rigorosa identidade formal. A condição desse impulso narcísico é o duplo controle: isolamento lógico e sistêmico em relação à urbanidade em

desagregação constante nesse momento e a garantia de unidade entre seus componentes, em um esquema figura-fundo. É necessário reafirmar que esse *conjunto* finito e sem dimensão sociourbana não configura em nenhuma acepção um *plano* ou versão geral alternativa ou utópica. Ele é extensão possível do edifício-objeto, e inextensível ele próprio, representando o limite socioformal de sua genética de universalidade moderna. À guisa de autonomia estética crítica, essa operação foi antes a expressão das dificuldades sociais da arquitetura brasileira, incorporadas traumáticamente às pretendidas liberdades de suas formas.

Esse mecanismo formal, e sua historicidade, é um determinante que sobrevive às mudanças de conjuntura, incluindo aí a mais radical delas, pensado o sistema arquitetônico brasileiro: a experiência renovadora de Vilanova Artigas em São Paulo. A imposição da cidade, em seu momento de expansão dos anos 1950, cria dificuldades para o esquema anterior, pois o vazio envolvente se confina, na passagem do paradigma espacial estatal para o privado. O esquema recrudescer ao lote é à habitação individual, e mantém a necessidade de *conjunto*, que, no entanto, contradições atualizadas, se interioriza sob a grande cobertura. À falta da paisagem, a interioridade emerge como *habitat*.

Permanecem as condicionantes antiurbanas formadoras. Mais: essas condicionantes estruturam a arquitetura brasileira, mesmo depois de sua desagregação sistêmica e acanhamento programático, em paroxismo nos anos que correm. Depois de Brasília, e das circunstâncias sociais que se seguiram, o esquema ideológico se desfez, o que permitiu que esse dado de origem pudesse se desdobrar em diferentes fisionomias, prevalecendo a exclusão da realidade urbana brasileira como fundamento. E nesse estágio desagregador – a partir dos anos 1970 principalmente – a estratégia da ordem privada, agora plenamente caracterizada, se generaliza, aproximando “alta” arquitetura, mercado imobiliário e construções em geral, informais ou não. E assim definindo as cidades brasileira como resultante da justaposição de lógicas construtivas individualizadas, amalgamadas apenas pela ordem, sem determinação espacial entre nós, das relações econômicas desiguais.

O debate crítico resultante do afrouxamento ideológico desse sistema arquitetônico, principalmente em São Paulo, radiografou o atraso técnico das relações produtivas reais em contraposição às apostas de desenvolvimento industrial na construção civil e arquitetônica no país elaboradas pela arquitetura brasileira depois de Brasília. A arquitetura, como mercadoria em contexto de subdesenvolvimento,

expandia a exploração do trabalho capitalista. Sua forma resultava dessa condição produtiva, que deveria ser transformada nas relações de trabalho no canteiro, como apontava Sérgio Ferro. A constatação de que as ambiguidades sociais presentes nos processos da modernização conservadora impregnam as obras de sua arquitetura tem validade geral. Essa crítica deveria ser estendida às determinações das formas de percepção do espaço, em sua dimensão social, e os sistemas de representação do urbano. Isso quer dizer que o arcaísmo brasileiro, nossa genética rural presente nos projetos de modernização, está presente nos produtos sociais e culturais em sentido pleno, e não apenas nas relações de trabalho. E justamente esse *aggiornamento* crítico ficou fora do debate local, premido pela violência do processo político da ditadura.

Nos anos 1980 assistimos à agônica passagem de um sistema arquitetônico de grande coesão para um campo profissional restrito e sem inserção no debate urbano abrangente (infraestrutura, habitação social, espaços coletivos etc.). A abertura econômica, que significava uma adesão desfavorável à nova ordem mundial neoliberal, atualizou a cultura de massa no país, e difundiu a diversidade da produção mundial pós-moderna *stricto sensu*, em arquitetura e design. Essa torrente de referências imagéticas se alastrou sem grandes resistências de uma arquitetura nacional debilitada. Estimulou uma série de alternativas que se afastavam da tradição moderna local, em concordância com tendências mercadológicas, mas também promoveu uma renovação do debate sobre arquitetura, com publicações que passavam a fazer uma revisão do pensamento moderno no país.

O projeto para o Museu Brasileiro da Escultura (MUBE), do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, construído entre 1988 e 1995, e o projeto para o Memorial da América Latina, do arquiteto Oscar Niemeyer, inaugurado em 1989, podem indicar o patamar a partir do qual foi possível a reorganização do campo profissional sucedâneo do sistema arquitetônico moderno brasileiro. As duas principais correntes dessa tradição atualizaram paradigmaticamente o vocabulário anterior, liberado de qualquer conexão social abrangente. Isso não quer dizer que a produção heroica a possuísse. Mas, como apontado acima, a linguagem moderna brasileira herdou pulsões de extensão espacial e extroversão social que não puderam ser realizadas, como projeto e ideação, no contexto local. O sistema arquitetônico considerado neutralizou formalmente essa energia “fordista”, recalcada no conjunto ou no grande volume. Mas o que se pretende indicar é que esse resultado teve como “momento de verdade”

a formulação conflituosa da incapacidade social da modernização conservadora brasileira.

Não era mais disso que se tratava no debacle desenvolvimentista dos anos 1980. Os dois projetos apontados resolveram o impasse formal anterior, liberando os elementos de qualquer conexão “moderna”, isto é, de ordenamento *necessário*, ou, como foi o caso brasileiro, do mal estar da *organização* volumétrica-espacial (que recorre ao arranjo do *conjunto*). Não permitem qualquer momento de totalização, quer seja a partir de seu movimento interno, quer seja na relação com o espaço urbano no qual estão contidos – principalmente, desaparece qualquer negação da realidade urbana e social, à qual se conformam como idiossincrasia. O léxico liberado de conexões internas ou externas ganha vasto campo de exploração profissional, e em torno desse legado em “livre jogo” se reorganiza institucionalmente a linha de frente da arquitetura brasileira contemporânea. A redução ao objeto, regressão moderna entre nós, mostra agora seu potencial social: inserção acrítica em um mercado de imagens no qual existe lugar para todos. Essa nova configuração, definida em seus princípios básicos no início dos anos 1990, acomoda-se a seu limitado campo de ação autoimposto, sem importantes pressões críticas internas ou externas; um acanhamento programático com resultados profissionais no mercado segmentado do bom gosto, na academia e instituições esvaziadas.

O que permanece, para além das aparências e referências, é a determinação antiurbana, projeção disciplinar do arcaísmo estruturante da nossa modernização no século XX. A arquitetura brasileira – de *sistema* cultural a *campo* profissional – elabora e formaliza essa dimensão do “atraso” nas relações sociais brasileiras, excluindo a dimensão urbana e moderna da equação espacial das cidades. Devemos compreender, no entanto, essa determinação, no campo das representações sociais e das ideologias. Solicitada a prefigurar uma nação moderna e sua espacialidade, a arquitetura “heroica” brasileira não pôde ir além dessa realidade social dual. Entre indústria e propriedade – dinâmica contraditória do capitalismo, exacerbada em contexto periférico – representou os imperativos da espacialidade sublimada da segunda. Reprodutibilidade, universalidade e racionalidade foram solapadas por unicidade, particularidade, localismo, escassez, exclusividade e demais ações culturais advindas da terra e suas rendas. Isso não significa simplesmente uma equação material imobiliária, mas uma representação das relações sociais reminiscentes e ainda hegemônicas na conjuntura brasileira, à qual não pudemos

sobrepujar imaginativamente. As cidades e suas representações são definidas idealmente, no ensaio clássico de Weber, pelas casas, próximas umas das outras, ou seja, por seu aspecto e dimensão coletiva. Podemos deduzir, em oposição, a figuração rural pelo afastamento, isolamento e nitidez da unidade autônoma da casa senhorial. Antiurbanidade que é um resultado do mal estar da vida mental do conflito fundamental do capitalismo brasileiro, no qual as questões fundiárias definidas na colônia foram a base do desenvolvimento industrial. A renda da terra é a viga mestra de nossa modernização conservadora, plenamente introjetada nas distopias atuais.

Essa estratégia consolida, enfim, uma percepção antimoderna do espaço social, impeditiva de relações avançadas que tem lugar na cidade, seja do ponto de vista produtivo seja do ponto de vista de novas sensibilidades. Mesmo pretendendo timidamente apenas proporcionar uma experiência individual e elevada de “espaço” abstrato, essa formulação estética está em sintonia com as estruturas segregadoras e duais da sociedade a que pertence. E essas são, nas transformações produtivas recentes, funcionais na ultrapassagem das ideologias de ordenação do espaço em direção à desterritorialização e flexibilização. A expressão máxima da unidade e a anulação de qualquer nexos significativo entre eventos arquitetônicos ou deles com o território, entorno ou cidade faz coincidir a lógica formal do atual campo arquitetônico da lógica produtiva fragmentária e, acrescente-se, desigual e combinada.

O enfrentamento do influxo autoritário e patrimonial na formação da arquitetura moderna brasileira e suas permanências no campo desestruturado atual é possível, pelo menos como atividade intelectual. Mas também como atividade projetual, como mostra a trajetória do arquiteto Vigliecca.

Sua formação se deu em um ambiente intelectual diverso, influenciado pelo debate europeu dos anos 1960 e 1970, que pretendeu reavaliar a relação entre arquitetura e cidade, depois da crise das estratégias de planejamento moderno do pós-guerra. Pode-se dizer que, apesar das posições diferentes dos principais centros de reflexão – Inglaterra, Itália e EUA – a relação com as formas urbanas existentes passa a ser o fundamento da esperada reinvenção da disciplina arquitetônica, no esgotamento ideológico de sua pretensa autonomia abstrata e funcional cada vez mais restrita ao jogo formal do edifício. O urbano compreendido como *street* (movimento e vida coletiva), tradição (tipologias e formas simbólicas) ou comunicação (automóvel e imagem publicitária) incidiam sobre a lógica da arquitetura, desde a sua integração ao

meio, até a sua diluição programática. A sociedade de massas irrompida nos “anos gloriosos” provocava sentimentos de avanço e recuo na cultura posta em questão. Esse debate foi a base das apropriações da pós-modernidade, como entendida nos anos 1980, principalmente após a Bienal de Veneza e sua *Strada Novissima*.

Porém, algo além de historicismo e pastiche, e que era o fundamento do debate imediatamente anterior, sobreviveu à avalanche imagética, pelo menos como estratégia de resistência à diluição das cidades e à espetacularização da arquitetura. Não há dúvidas que o caminho ideológico trilhado pelo *mainstream* arquitetônico e suas franjas, turbinado pela nova condição pós-moderna de promiscuidade entre cultura e capital financeiro – e seus desdobramentos territoriais especulativos – levaram à intensificação formal do objeto icônico e à paralisia de sua almejada dinâmica urbana ou relacional. Às cidades, aquelas que mantêm seu capital cultural, correspondeu a mesma cristalização *décor*, submetida à lógica do simulacro e da espetacularização mercantil.

Mas o *real* subsiste, cada vez mais contraditório, especialmente nas cidades, que nada mais são que a espacialização de processos sociais materiais e culturais. O “espetáculo urbano” é alienação, consciência social enganosa, já que é o oposto dos processos materiais contemporâneos, em qualquer de seus aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais. E a arquitetura vem de algum modo enfrentando essa realidade, dentro dos instrumentos restritos de sua nova condição, em confronto e sombreada pelo cintilante protagonismo fetichista da vanguarda econômico-cultural que se impõe no mundo globalizado. E parte dessa reação atualiza o veio realista do pós-guerra, procurando informar o fato arquitetônico das dinâmicas territoriais e urbanas disponíveis. Combatem ao mesmo tempo o idealismo moderno e a realidade urbana capturada pela primazia econômica.

Para que essa perspectiva crítica passe a estratégia eficiente algo deve ser considerado: o espaço da cidade é motor civilizatório e emancipador; e essa condição autoriza as intervenções espaciais críticas sobre as determinações econômicas e suas lógicas de acumulação e propriedade. Existe a luta cultural pelo direito à cidade, que passa pela reafirmação de seus espaços sociais resultantes de práticas históricas e coletivas. Essa luta torna-se mais necessária sob as formas econômicas que parecem prescindir produtivamente das cidades, desintegrando-as.

Profissionalmente, a experiência de Héctor Vigliecca confronta essa tradição realista com a metrópole de São Paulo. Esta é o lugar onde se encontram, nas décadas

recentes, uma tradição moderna de ênfase no objeto arquitetônico sem possibilidades formais de extensão além da desordem territorial da propriedade – limitação introjetada nas qualidades estéticas dessa arquitetura – e a metrópole fragmentada da acumulação flexível em conjuntura periférica. Duas realidades que são alvo da visada crítica do arquiteto, ou pelo menos, de sua arquitetura, ou seja, a antiurbanidade resultante e mutuamente amplificada dessas duas condições sobrepostas. Essa combinação faz resultar uma obra coerente e original, atenta aos seus pressupostos de formação, mas em transformação diante das radicalidades urbanas de uma cidade sem forma. Dentre outras experiências importantes, nesse ambiente de pulverização de desígnios disciplinares, que podem ser pensadas segundo esse enquadramento proposto, o percurso de Vigliecca é esclarecedor, pois alinha sem muitos imprevistos sua formação estrangeira, o contato com uma realidade profissional brasileira – buscando adaptação de suas estratégias projetuais – e, o mais importante, uma renovação pessoal diante dos novos desafios.

Os seus projetos de habitação coletiva no Brasil permitem verificar como se deu o choque entre sua formação disciplinar contextual-urbana e uma realidade socioespacial na qual tanto o pensamento arquitetônico quanto a ocupação formal e informal do território tem como pressuposto histórico a inexistência de uma representação espacial coletiva – quer seja ela urbana tradicional ou moderna industrial. Desse choque pode-se compreender tanto os limites de uma cultura arquitetônica europeia de reconstrução do sentido da urbe quanto das possibilidades de ordenação significativa do território contemporâneo. Nesse sentido, o Brasil é uma plataforma privilegiada para se observar os impasses atuais da modernização global.

Chegado ao Brasil em 1975, após uma formação em contato direto com o debate inglês e italiano desse período, Héctor Vigliecca foi um dos principais expoentes de um período conturbado da arquitetura nacional. Os anos 1980 apresentavam claramente a desorganização ideológica e disciplinar da arquitetura brasileira em função da crise econômica indicativa do colapso do desenvolvimentismo e do alinhamento do país à ordem internacional neoliberal. Dessa nova ordem global fazia parte a abertura cultural “pós-moderna” que atingia em cheio a pulverização da produção arquitetônica local. Entre modismos estilísticos e renovação crítica a partir de novos paradigmas – urbanos essencialmente – não

tardou a reação da tradição moderna que hostilizava qualquer tentativa de renovação do debate.

Os projetos habitacionais de Vigliecca apontavam, nos anos 1990, para uma reflexão sobre a cidade que ia além das questões do ecletismo arquitetônico. Eles se beneficiaram de um clima político que dava nova voz aos movimentos populares e às questões habitacionais, depois da extinção do BNH e seus grandes conjuntos. Parecia consenso que a política habitacional deveria evitar o isolamento e a grande escala, causadores de mazelas urbanas e sociais manifestas na cidade dividida. Essa orientação permitiu que alguns arquitetos projetassem habitação social em sintonia com as novas estratégias do “lugar”, *appartenenza*, vernáculo e, porque não, do pastiche e historicismo. Pode ser interessante percorrer, sem desconsiderar outros aspectos e implicações, um fio condutor da pesquisa do arquiteto que indica a determinação da morfologia urbana como conformadora das novas edificações, neste caso, habitacionais. E daí retirar uma grande questão que este percurso profissional e intelectual nos apresenta: como reforçar e inventar configurações urbanas em contextos adversos, nos quais a precariedade das cidades é a base espacial de uma sociedade modernizada seletivamente.

Quando se trata de afirmar a máxima representação coletiva da cidade, o “estímulo urbano” mais potente é a sua estrutura urbana, o sistema de cheios e vazios, a hierarquia dos espaços públicos e a clara sujeição da generalidade de suas partes à morfologia comum. Ainda que mesclada, essa lição mediterrânea se impõe à pesquisa do arquiteto em relação às influências dos ingleses e holandeses que conferiam às unidades certa independência em relação às estruturas urbanas existentes – replicando *qualidades* e não formas urbanas. A variedade construtiva das unidades populares autoconstruídas, que também era objeto de admiração antimoderna nos anos 1980, deveria ser, no caso aqui em estudo, também incorporada, porém submetida à conformação geral, conferindo-lhe certa diversidade fundamental, tipicamente cidadina. Da mesma maneira, a escala da vizinhança e do contato mais próximo em ruas ou em espaços semipúblicos deveriam estar claramente hierarquizados e submetidos à estrutura geral.

No conjunto do Brás (1989), não construído, preexistem duas condicionantes urbanas articuladoras de tempos e espaços da “cidade”. A primeira, a *quadra* definida nas origens industriais e populares do bairro e da expansão ferroviária, cuja ortogonalidade indecisa foi guiada pela rápida ocupação da região; seu traçado não

revela uma intenção que esteja além dessa condição imediata. A segunda, a radicalidade da intervenção do Metrô Brás e a conexão com a antiga estação de trem, impactando a estrutura anterior tanto em planta – recortando as quadras – quanto em elevação – a portentosa estrutura aérea do metrô leste. A proposta do arquiteto para a área do concurso reafirma a quadra e sua cicatriz (o recorte do metrô) por meio da ocupação perimetral, replicadora das tipologias do bairro e da cidade e sua mescla de comércio e moradia. A divisão em lotes e a ocupação intensa existente, que gera a quadra, não pode ser diretamente aproximada à *manzana*, principalmente naquilo que aqui interessa. A quadra paulistana replica a estratégia da expansão pós-colonial da cidade – e do estado – por meio da quadrícula resultante da partição em lotes, mais eficaz do ponto de vista da propriedade. A *manzana*, ou a “quadra europeia”, ainda que tenha essa mesma característica, afirma antes uma ordenação geral da urbe e a relação entre as esferas públicas e privadas – consideradas historicamente. Sucessos urbanos correlatos mas separados por intenções coletivas distintas, sua aproximação morfológica empresta ao caso local uma urbanidade presumida como latente.

Da mesma maneira, a nova quadra projetada tem uma rua interna em sintonia com uma tipologia frequente no bairro – a vila – que incorpora ao conjunto uma escala intermédia entre a rua pública e as unidades privadas. Expediente também combinado com as estratégias de repensar a *manzana* no debate de renovação urbana na Europa, que pretendiam reutilizar e ressignificar a área interna coletiva das quadras fechadas e quebrar a monotonia das cidades tradicionais. Aqui como lá, essas áreas semipúblicas rapidamente adquirem caráter condominial e cercado, quer seja por motivos de retração da vida pública, quer seja por dificuldades de gestão e manutenção – ou ambos. Mas foram, em décadas recentes, uma das grandes saídas para a relação entre um novo modelo urbano e a malha tradicional das cidades, procurando alternativas para novas legibilidades urbanas.

Não é exatamente necessário aqui deslindar as estratégias do arquiteto para assimilar o contexto, tanto no âmbito da morfologia urbana quanto nas tipologias de edifícios e elementos urbanos. Suas soluções costumam ser explicadas, e suas estratégias de fato engendram a proposta; nada é apresentado como resultado de *insights* arquitetônicos. E são sempre elementos urbanos e territoriais, da boa lição do pós-guerra, mais estimados, no caso, que os extensos levantamentos sociais e urbanísticos sempre realizados em programas governamentais. Importante será observar, dada a coerência dos procedimentos, como essas estratégias arquitetônicas

lidam com as dificuldades locais: basicamente a indefinição da estrutura urbana, do ponto de vista de sua configuração, e a ausência de “vernáculo” nas periferias da cidade.

Mais distantes do centro, e portanto com menos “contexto” urbano e menos indicações espaciais da unidade legível da cidade, encontram-se dois projetos implantados nesse mesmo período: o Conjunto Habitacional Rincão e o Conjunto Habitacional Rio das Pedras, ambos na zona leste da cidade. Projetados em 1991, fizeram parte da renovação da política habitacional da cidade, que priorizou os terrenos menores, em relação às grandes glebas do período do BNH, e a sua maior inserção na malha urbana e infraestrutura disponível. A escolha desses dois projetos indicava então um alinhamento dessa estratégia ao espírito do tempo, na busca de uma arquitetura mais heterogênea e de alguma forma mais próxima às tipologias urbanas vernáculas. Esse *interregno* “ideológico” – em relação à ortodoxia da tradição local – permitiu que novos paradigmas arquitetônicos e urbanísticos pudessem ser apropriados e construídos, em consonância com o fortalecimento dos movimentos populares do período.

O Rincão situa-se na Vila Matilde, ao lado da estação de metrô e da antiga estação de trem da Central do Brasil, inaugurada em 1921. Essa, como as outras estações do ramo leste, foi sendo povoada intensamente com a expansão dos loteamentos populares privados durante a industrialização da cidade a partir dos anos 1940. Esses bairros se aproximavam no que têm de menos urbano: a ausência de infraestrutura, equipamentos e espaços públicos. A disposição dos lotes é a mais rentável, assim como a mínima dimensão das áreas públicas; e as construções são solução particular. O arranjo é conhecido, pois compõe boa parte da paisagem da cidade. Sua precária ligação com a área central só foi sendo resolvida com a implantação do metrô e da Radial Leste, no final dos anos 1980. Sua relação com a cidade é portanto desespacializada e estruturada pelo movimento. Nesse cenário urbano cuja semântica se afasta da tradicional – e coletiva – minguam as referências de reforço da urbanidade, preceito da arquitetura de Vigliecca.

A solução é a instauração de significações locais a partir de locuções familiares, comuns. Daí a intercessão necessária de Álvaro Siza e o seu projeto para o Bairro da Bouça, no Porto (1973). O arquiteto português é figura-chave no ajuste da “arquitetura da cidade” para o contexto das periferias urbanas e sua atmosfera histórica rarefeita. Trata-se, nesse caso, de cidades europeias, especialmente

mediterrâneas, nas quais o contraponto com o centro histórico, significativo, é tangível e determinante. Mas fica a meio caminho em relação às periferias plenas, às quais faltam relações urbanas claras de forma e conteúdo a ativar. Esse é o experimento no Rincão: produzir um “lugar” mobilizando a tênue materialidade urbana disponível – o arruamento “quadra” – e suscitar um sentido de singularidade por meio da nova construção comunicativa. Para obter esse resultado a linguagem não pode ser aquela da fisiologia da percepção moderna – subjetiva – mas a de um coletivo qualificado, uma espécie de vernáculo alienado da população das grandes cidades do Brasil e sua rusticidade construtiva. Esta encontra-se com a austeridade luso-siziana, que possibilitaria avivar sua energia formal latente.

Mas temos aí um conflito “pós-moderno”: a escala do contexto, a vivência do lugar, contraposta à brutal despersonalização da infraestrutura metropolitana e seus eixos de macrocirculação (o metrô, a Radial Leste e seus viadutos). Essa infraestrutura é a conexão tempo-espacial possível com a grande cidade – e com a representação de uma unidade social – realizada por meio de rupturas de nexos espaciais e contedúísticos, conflitantes com a escala narrativa e tradicional da “comunidade local” pretendida. Dilema resolvido nas práticas cotidianas da população, que facilmente percebe as diferenças e qualidades das escalas oferecidas (a casa, a vila, o bairro e a metrópole), mas de difícil solução espacial arquitetônica. Se a vanguarda não conseguiu instaurar uma “montagem” criativa e disseminada que explorasse a novidade urbana da metrópole e potencializasse a ousadia das massas, a realidade da grande cidade industrial instaurou o “fragmento”, na acepção de Fredric Jameson, isto é, uma condição contemporânea da reificação. Nesse sentido, a cidade contemporânea, superada a funcionalidade da forma, e sua utopia, mantém indivíduos conectados por racionalidades supraespaciais, ficando a estrutura urbana como um resíduo entre o espaço hiperindividualizado da comunicação e a macroescala intangível das formas de acumulação. Daí a precariedade espacial de sociedades sem a decisiva inércia da cidade tradicional reformada pelas iniciativas burguesas na Europa. Esses centros urbanos reagiram, social e espacialmente, às transformações produtivas do século XX, e enunciaram uma unidade entre as escalas da significação local e geral, bem como uma maior identificação entre indivíduo e cidade. Resistência com algum resultado, enquanto durou o estado do bem-estar social.

Mas voltemos à referência ao Bairro da Bouça para averiguar outras diferenças de contexto. O trapézio formado pelo conjunto confronta com diferentes

situações urbanas. Uma das faces, a mais incômoda, é aquela voltada para o elevado do metrô (Estação Lapa). Um grande muro com uma passarela isola quase totalmente o conjunto da rua de veículos e o viaduto. Fundamental, porém, é a esquina da rua Boavista, pois o conjunto e sua arquitetura são anunciados sossegadamente por meio da contiguidade volumétrica com as construções da rua. A esquina enfatiza a relação harmônica e mesclada com a cidade comum, ao mesmo tempo que anuncia uma lógica espacial diversa, aquela das ruas internas – abertas para a rua, mas de caráter menos público – e de arquitetura regular e exclusivamente residencial. Essa esquina é o foco citadino da intervenção, já que os outros lados confrontam espaços indefinidos (estacionamentos e divisas) e reagem com neutralidade. Regularidade – própria da Arquitetura – e multiplicidade – própria da cidade e do mundo – compõem a dialética arquitetônica de Siza, plenamente em ação nesse projeto paradigmático.

O conjunto do Rincão tem especificidades evidentes. A principal, a necessidade de aproveitamento máximo do terreno, o que, em outra perspectiva, levaria à consagrada solução do bloco “H”. Essa dificuldade robustece a decisão primeira de mudança tipológica e morfológica fundamental. O terreno do conjunto faz parte de uma grande quadra sem desígnio, resíduo da partição rotineira, cujo traçado ignorou um córrego existente, agora canalizado; casas e galpões completam o restante da quadra. Essa situação urbana mais adversa, do ponto de vista do “lugar”, se impediu um diálogo urbano – inexistente “cidade” ali – sugeriu uma estrutura urbana que terá vida longa na obra do arquiteto: a “rua”. Enfraquece a “quadra” e aponta para a rua como elemento estruturante do “coletivo”, em tais contextos. Ela passa a ser o elemento citadino, definida pelas casas que formam um “casario”, conferindo urbanidade ao conjunto. Nesse sentido, mais que as ruas internas (a “vila”), as fachadas lindas, voltadas para “ruas” em formação (com tipologias de habitação e pequeno comércio), acabam garantindo um diálogo com o entorno imediato. Essa opção de usar a rua frontal como acesso aos blocos de residências, por sob as passarelas de conexão e as laterais com comércio, preservou o caráter mais extrovertido do conjunto, suavizando o isolamento de sua situação urbana, propiciando certa unidade à continuação das ruas em direção ao norte, ao bairro mais consolidado. Essa notação é provisória, apenas identifica o potencial do elemento “rua”, recolhido do imaginário urbano da cidade, que se fará presente, e às vezes definidor, de soluções futuras. Mais importante para entender o Conjunto Rincão como fato urbano seria destacar seu enclausuramento parcial original, dadas as

circunstâncias do projeto, e completo atualmente, coerente com as condições que se apresentam à cidade. Porém, destaque-se que esse embrião de rua estruturante será um deslocamento programático importante no enfrentamento de uma não-cidade a partir de um pensamento que advoga pela condição urbana – e de que tratam estas observações.

Instaurar uma urbanidade arquitetônica em situações cada vez menos urbanas será o desafio e o exercício mais importante, sucessivamente. O Conjunto Rio da Pedras na Vila Mara, do mesmo ano, situa-se no extremo leste da cidade, o que significa redução drástica das qualidades urbanas, em todos os níveis – serviços, mobilidade, equipamentos públicos, áreas públicas etc. Esse conjunto habitacional constitui, da época da inauguração até hoje, uma rara referência de espaço com qualidades arquitetônicas na região. A ocupação do bairro, intensificada depois dos anos 1960, organizou-se segundo rigoroso traçado ortogonal, e ao conjunto proposto destinaram-se duas quadras, de inspiradores 10.000 m² cada, aproximadamente. Vizinha da Estação Jardim Helena, mas não contígua, a área favorece-se desse pequeno afastamento e da maior regularidade das ruas. Porém, essa situação mais adequada na escala imediata não faz frente à grande distância do centro da cidade, ou mesmo de bairros mais estruturados como a Penha, e da precariedade do ambiente construído, parcialmente melhorado nos últimos anos.

Esse projeto permitiu maior engenhosidade, do ponto de vista do que é possível ser feito por meio de construção e arquitetura quando preocupadas com inserção e diálogo com a cidade ou seus rudimentos. Ênfase na interação: entre o privado, a unidade, e o comunitário, ou o conjunto; entre o conjunto e o entorno. Da relação entre o bairro e a metrópole cuida a nova estação – a infraestrutura. Interação, neste caso, significa a preocupação do projeto em ativar os cruzamentos, encontros, entre espaços de práticas distintas. A unidade habitacional e seus espaços privativos indicam percursos de acesso que podem ser potencializados para provocar dinâmicas suprafuncionais. A variedade dos acessos ao mesmo tempo diminui o fluxo em pontos de estrangulamento, torna o percurso uma *promenade* espacial e organiza diferentes escalas de vizinhança. Ordena assim as escalas de proximidade por meio da arquitetura que mimetiza a dinâmica da “rua” de bairro. A mesma rua que, em situação espacial e funcional diversa mas continuada, amplia o encontro com domínios cada vez mais heterogêneos e amplos, até a boa indiferença metropolitana. Essa extensão está claramente indicada no projeto, em que não existem “vazios”

contemplativos – fundamentais ao esquema da arquitetura brasileira. Todos os espaços coletivos são definidos segundo funcionalidades e legibilidades reconhecíveis: corredores, passarelas, escadas, ruas internas, praças e acessos. E esse esquema “rua” interna ao conjunto tem indicada e construída uma continuidade ao sistema externo, das ruas públicas, cuja potencialidade permanece bloqueada por dificuldades que o projeto pretende mitigar.

A demarcação indicadora da relação com os espaços externos preexistentes é fundamental na organização geral do conjunto, pois, realizada através das esquinas e das fachadas perimetrais que emulam o entorno imediato – portas lado a lado e acessos compartilhados –, unifica as duas estratégias até agora discutidas: a morfologia da “quadra” – obtida pela massa de construções habitacionais – associada às diferentes “ruas”, seu complemento intrínseco. Pelo menos na cidade tradicional, quer dizer, burguesa, essa dupla se constrói mutuamente. Essa simbiose pode ser ensaiada de maneira mais completa neste projeto que nos anteriores – e que, dissuasivamente, nos posteriores. Duas esquinas em cada quadra formam uma espécie de portal obtido pelo chanfro e pela marcação vertical. Enfatizam formalmente a quadra na conexão entre os espaços coletivos internos e externos. A legibilidade da narrativa espacial é alcançada por meio de mínimos recursos construtivos, apoiada na própria volumetria das casas e nas caixas d’água. Essa é a estratégia em relação ao bairro: bloco da quadra e acessos principais conectores, com as fachadas espelhando a ordem do entorno (portas e janelas das casas). Uma minuciosa articulação entre afastamento e aproximação aos elementos populares, enfatizando suas potencialidades urbanas e coletivas – e sua indissociável arquitetura. A solução pretende liberar uma “potência de forma” que estaria inscrita nas manifestações construtivas das periferias. Entenda-se, uma vontade de forma coletiva própria da forma histórica da “casa”, reverso da hipóstase do privado. A duplicação da quadra lado a lado indica uma afirmação de extensibilidade intrínseca à forma adotada, e pretende sinalizar a conexão da unidade habitacional com a forma urbana e coletiva. A regularidade objetiva das quadras existentes deveria, assim diz essa similitude, desdobrar-se nas tipologias construtivas das habitações e ratificar a precedência do geral ao particular.

A partir dessa experiência de “quadra” aberta, em sintonia com as reformas urbanas europeias, especialmente em Barcelona, o trabalho de Vigliecca amadurece, e passa a enfrentar, com os instrumentos teóricos adquiridos, uma realidade que exige tática *sui generis*. Como pensar e projetar o urbano em contextos pré-urbanos

tornados pós-urbanos? Como incentivar, potencializar ou arquitetar o caráter coletivo e cidadão imprescindível e suas novas formas emergentes? E, mais especificamente, no processo de abasileiramento do arquiteto: como tornar o comunitário cordial a base desejável do público e urbano? Qual o sentido atual dessa estratégia de *formação*, tendo o cordial se desdobrado em brutalidade? Particularmente essa última questão não é apenas sociológica. Procurando uma mimese dialética com o entorno, potencializando suas formas sociáveis, as propostas habitacionais do arquiteto também enfrentam o cercamento. Essa patologia urbana, à qual a arquitetura brasileira se acimatou, deveria ser superada, ou pelo menos atenuada, nos projetos que tratam as relações entre público e privado com linguagem clara e realista (em oposição à falácia da democracia do “vazio”). Não se trata apenas da surpresa do fechamento das passagens livres entre o interior da quadra e os espaços externos, mas o cercamento de paredes com grades, um duplo muro que, se não tem sentido de segurança, tem apenas a função comunicativa de reforçar a particularidade da propriedade; ação diametralmente oposta à intenção original do projeto em questão. Ou seja, o adicional transformador do entorno, aquilo que, pela proximidade formal mais arranjo arquitetônico pretendia dar sentido ao informe – e transformá-lo – passa a ser capital simbólico e demarcação de exclusividade no entorno empobrecido social e arquitetonicamente. Isso pode ser visto e analisado no paradoxal sucesso do conjunto Rio das Pedras atualmente. Esse dado, ainda que similar a vários casos de conjuntos habitacionais em diversos países com urbanidades mais consolidadas, será material de reflexão e ação nos projetos mais recentes do arquiteto. Anti-idealismo que pretende manejar a arquitetura em relação à dinâmica da realidade, sem romantismos de exaltação ou dissolução disciplinar.

Faz parte desse enfrentamento realista a intervenção em áreas ocupadas com informalidade extrema do ponto de vista da propriedade da terra, da infraestrutura urbana e da construção das moradias. As favelas caracterizam o crescimento desigual das cidades brasileiras e têm sido alvo de políticas públicas em duas frentes: oferecer moradia em novos conjuntos e promover melhorias urbanas nesses assentamentos precários. Em alguns casos de favelas mais consolidadas e de grandes dimensões, essas duas possibilidades se coadunam. Tema interessantíssimo também do ponto de vista disciplinar: houve durante décadas resistência da arquitetura local – em seus postos mais avançados – a desenvolver instrumentos de intervenção nesses casos. Os

urbanistas e as políticas urbanas não podiam, no entanto, se alinhar com tamanha pureza de princípios. A situação exigia ação do poder público, e as estratégias nacionais envolviam melhorias sanitárias e de circulação. Mais recentemente, essa resistência disciplinar local perdeu fôlego, e um novo ciclo de intervenções, agora envolvendo arquitetura, abriram um debate inédito e renovador, na medida em que alterava as premissas da compreensão dos arquitetos em relação ao problema habitacional.

Os projetos em grandes assentamentos precários realizados por Vigliecca nos servem aqui a dois propósitos: 1) compreender como o esquema contextual inicial se desenvolveu no trato de uma realidade particular à qual falta qualquer textura “urbana”; 2) compreender os limites e possibilidades dessa realidade urbana ao ser provocada por uma tradição arquitetônica outra que aquela que, sendo apenas o seu contrário, com ela constitui uma unidade social.

Nesse sentido, o resíduo morfológico identificável encontrado nos exemplos anteriores se modifica radicalmente. A organização de quadras perde legibilidade, acondicionada apenas pela ocupação intensa e suas passagens, na maioria dos casos. A “rua” passa a ser o vetor estruturante da ocupação, necessidade que remonta a seu caráter ancestral pré-citadino, organizando a relação entre o privado – e seu acesso – e a sociabilidade – mais intensa e menos pública, em geral, que a verificada na cidade formal. A complexidade dessa trama tem exposição dramática em tempos de logística de guerra, quando ocorrem aí operações militares.

Essa rua atávica tem características bem distintas daquela anterior, da quadra, de genética ordenadora e racionalizadora do espaço. Novamente a tarefa que se apresenta nessas condições é a exploração de suas possibilidades espaciais e sociais, inseridas em sua rusticidade. A denominação “áreas urbanas críticas”, utilizada por Vigliecca, pode indicar essa visão que considera o que existe de urbano e societário em uma formação espacial frágil, mas ainda “urbana”, ao invés de antagonizá-la tanto com a cidade “formal” quanto com aquela idealizada e estetizada. Cabe, segundo a estratégia do arquiteto, torná-las mais urbanas e menos críticas, ou seja, próximas, em termos de ordenação territorial, do resto da cidade.

No emaranhado de vielas e construções improvisadas em terrenos inapropriados – aqueles que restaram na cidade – é preciso encontrar possibilidades de ordenação e desobstrução. Áreas de respiro que sirvam para o deslocamento interno, as remoções provisórias para a construção de novas unidades. Essa prática,

que teve resultados no mínimo desoladores em várias experiências anteriores importantes na cidade – guiadas por lógica outra, local – passam por uma revisão nos projetos mais recentes de Vigliecca. O importante, para esta análise, é captar a atualização das táticas projetuais, mantido o mesmo impulso, aqui denominado, de realista. Sem poder recorrer às representações sobre a cidade tradicional, o arquiteto terá que estruturar o espaço coletivo e urbano a partir da radicalidade do “lugar”, entendido agora não mais como concentração da memória herdada da “cidade”, mas como um *aqui e agora* territorial, em que se mesclam estruturas primárias com sociabilidades pós-públicas. Uma “novíssima rua” que busca na autenticidade de uma dramática significação urbana ultrapassar as simulações da urbe, a que esteve condenada parte da tradição a que o próprio arquiteto pertence.

Ao controle morfológico – urbano – sucede uma “rua” múltipla, com papéis diferenciados e hierarquizados. Ela passa a ser a indutora de “cidade” na ocupação ditada pela escassez e necessidade, por meio de sugestão de organização que conta com a iniciativa ordenadora da própria população quando identifica com maior clareza uma semântica espacial apropriada. O instrumento “rua” é agora definidor das massas construídas, a ela submetidas – não mais à quadra. A informação apresentada articula a morfologia urbana, que perde nitidez racional em direção a uma organicidade que mimetiza, e potencializa, o espaço contingente. Tanto as casas existentes, localizadas em ruas mais estruturadas, quanto os novos blocos projetados, alinham-se formando a moldura dessa tipologia que unifica o existente ao projetado.

Impõe-se, nessas circunstâncias, a brutalidade do território, na medida em que são áreas de risco ou de preservação. Então uma nova tarefa se apresenta: uma estruturação que deve levar em conta, por vezes prioritariamente, as dificuldades de transposições e conexões do sítio, única maneira de urbanizá-lo e aproximá-lo à cidade e sua infraestrutura. A nova precariedade urbana – que não fornece referentes espaciais de cidade – faz aumentar a necessidade de estratégias radicais, do ponto de vista arquitetônico. Um dado fundamental nesse processo é o fato de que essa população vulnerável não tem mais, em sua maioria, memórias próprias de campo ou cidade a serem ativadas, pois pertencem à segunda ou terceira geração de despossuídos urbanos. Ou seja, dissipa-se a rusticidade e surgem novas sensibilidades tecnológicas e informacionais, bem como a naturalização da violência social.

Heliópolis, em São Paulo, consiste em um complexo de ocupações precárias e um laboratório de experimentações urbanísticas e arquitetônicas que resultam em uma

comunidade social e espacialmente consolidada. Vigliecca teve oportunidade de participar de duas grandes intervenções em contextos diferentes. A Gleba A (2004) previa a remoção de uma faixa paralela ao córrego canalizado e a construção de unidades habitacionais. A decisão do poder público foi desapropriar a menor área possível para a solução sanitária e prevenção de risco, o que indicava um partido de edifício longitudinal extenso, confrontado na fachada dos fundos com as habitações remanescentes e autoconstruídas, e na frente, com o córrego agora canalizado. Essa solução permitia, para o esquema geral do arquiteto, uma área de respiro na densa ocupação original. A rua do córrego serviria então a um duplo propósito: eixo de circulação de caráter público – hierarquicamente destacada das vielas de acesso local – e ponto de referência para um raio maior de moradores devido às possibilidades paisagísticas da margem do córrego.

Mas o que se destaca na proposta, tendo em vista os argumentos aqui apresentados, é o fato de o arquiteto ter optado por “reconstituir” uma possibilidade de quadras-bloco. A existência de uma rua paralela (Rua Almirante Nunes) permitiu essa possibilidade e a decisão de criar um desenho de quadras irregulares que fazem uma ponte entre o automatismo resultante de ações individualizadas – a moradia de cada um e o alinhamento pragmático aos caminhos – e uma ordenação intencional e consciente. Novamente, a persuasão em direção à *forma* das possibilidades latentes de expressão coletiva, mesmo em situações de precariedade social. Vigliecca decide completar com nova arquitetura o vazio deixado pela desocupação planejada; mas o mais importante é que as construções projetadas abraçam e conversam com as existentes, sem qualquer indicação de substituição progressiva ou osmose. Pode-se pensar, nesse caso, em pequenas e não programadas alterações no existente, a partir da reordenação dos significados urbanos realizada – como a melhora espontânea das fachadas em ruas destacadas no projeto. Um grau de realismo acima, se considerarmos a “gota de azeite” de Bohigas: a intervenção em Heliópolis é mais contundente que a “gota” que melhora aquilo que envolve gradativamente, ao mesmo tempo que é mais assimiladora do existente, menos exemplar. É também menos contundente e totalizadora que a estratégia corbusiana que mantém a *kasbah* intacta em Argel, ressignificada pelas novas megaestruturas propostas. Vigliecca dialoga com as construções existentes não apenas funcionalmente mas estruturalmente, pois seu objetivo primeiro é a intensificação da vida urbana em direção a uma fronteira na qual modelos estáveis não são mais possíveis. Não procura ressignificar a viela e o casebre

por meio da certeza arquitetônica contrastante, mas indicar neles a sua possibilidade imanente. Ou melhor, que eles – a sua realidade social – indiquem caminhos para as novas formas urbanas possíveis e transformadoras, cuja configuração não é mais do alcance da arquitetura unilateralmente. Essa arquitetura considera que essa possibilidade existe e é coletiva; e que a arquitetura tem um papel nesse processo, ao deslindar, ativar e articular as espacialidades da cidade e seu *ethos* urbano.

A decisão de definir um espaço aberto no interior das novas “quadras” esclarece a questão. O adensamento dos novos edifícios permitiu que os fundos das casas existentes e os novos pátios criados pudessem se conectar como espaço semipúblico, acessíveis desde a rua principal – o mesmo esquema de conexão do conjunto Rio das Pedras. Esse interior de “quadra” realizaria a junção e mútua significação do proposto e do existente. Nesse espaço, o primeiro não existe sem o segundo; tampouco existe uma indicação de hierarquia, ou ainda de exemplo. A unidade alcançada depende desse convívio, e esse é o seu significado presente e que deveria ser aprofundado no futuro próximo, com a progressiva abertura de quintais e estímulo da vida em comunidade. O resultado espacial conclusivo seria um conjunto produzido por heterogeneidades identificadas por ações de interação e de relação, que relativizam a existência suficiente dos edifícios e sua *forma*. Esta existe, principalmente na arquitetura realizada, mas não é mais referência, objetivo ou norma. E o resultado urbano das intervenções singulares entra em sintonia com a dinâmica da metrópole atual, na qual a extensibilidade do projeto não é absoluta ou alternativa, mas simultânea e dinâmica. A arquitetura mantém seus instrumentos e sua tectônica, mas tem que coexistir com a realidade socioespacial e suas contradições. Uma nova unidade plural se impõe e que transforma cabalmente tanto os princípios da tradição – a *arquê* - quanto as agônicas ideologias burguesas da disciplina – o *plano*.

Tais contradições atingem inclusive os princípios do próprio projeto, e não apenas este em relação à realidade urbana. Como ocorreu no conjunto Rio das Pedras, a intervenção em Heliópolis é hoje rigorosamente demarcada por um gradil que separa o “novo” conjunto – e o capital simbólico que aporta – da precariedade “pré-existente”, o restante da própria quadra. Os pátios abertos se tornam, novamente, áreas condominiais, de uso exclusivo dos moradores dos novos edifícios. É certo que a forma do edifício não pode sozinha implantar ou incentivar sociabilidades, apenas dar-lhes condições de existir. Mas a reação do arquiteto a essa antinomia é correta: a procura futura de maior legibilidade dos espaços e maior clareza de seus atributos a

fim de permitir uma interface de acoplamento entre as práticas cotidianas e suas possibilidades de desencerramento em direção aos “círculos maiores” de Simmel.

A condensação de moradias em blocos que geram “ruas” e “quadras” – mais flexíveis que sua tipologia inspiradora – como estratégia de ao mesmo tempo produzir habitação e urbanidade, criam “fachadas urbanas” progressivamente mais explícitas. Estas devem envolver lógicas distintas e diversificadas, reforçando a ordenação coletiva do espaço e sua clara comunicação. Uma das mais didáticas e contundentes intervenções do arquiteto, que mostra a coerência de seus objetivos, é vizinha ao exemplo anterior. A Gleba H, também em Heliópolis, possuía edifícios “arquitetônicos” que foram invadidos, tanto as suas unidades como seu entorno imediato. As construções parcialmente inacabadas e os muros dos limites dos terrenos serviram de apoio e de paredes prontas para novas casas improvisadas. Produziu-se assim uma fagocitose exemplar nessa desesperança: a arquitetura formal foi tragada pela informalidade, indicando, além da necessidade imperiosa, a civilidade desejada. A ocupação perimetral criou uma superfície de contato com o exterior, apossando-se do “vazio” simbólico e reverenciador das convicções originais. Essa condição inspira o novo projeto, que produz forma urbana – a “quadra” – e espaços semipúblicos mais claramente demarcados, que envolvem as torres criando uma altura intermediária e um conjunto variado mas afirmativo da ocupação perimetral e cidadina. Assim, podemos observar com precisão como na ocupação disforme dessa área o projeto reconhece uma potencialidade estruturadora do espaço coletivo. Mesmo considerando que o limite da rua é também o limite da propriedade e da prudência da tática de ocupação, a espontaneidade popular é indicativa de algo mais. Essa antropofagia do moderno – e tudo o que ele conota para essa população – pode ser igualmente verificada nos grandes conjuntos do BNH, como Itaquera e Arthur Alvim. A população, nesses casos, de renda aumentada nos últimos anos, esmera-se a apagar as marcas da homogeneidade e da indistinção. Reformam seus apartamentos, edifícios e grupo de edifícios a fim de mesclá-los à cidade, em sua variedade e caracterização de propriedade. No caso da Gleba H de Heliópolis, os motivos são diversos, mas o engenho é o mesmo: pragmatismo coletivo – que em geral implica associação espacial – e disputa urbana em todas as suas dimensões. O direito à cidade, que vai além da propriedade, de habitabilidade e de infraestrutura mínimas, é o grande achado desses projetos. É também o indicador do que neles prospera ou recrudesce em função das outras dinâmicas também verdadeiras, como a segurança e o acúmulo patrimonial

e simbólico que a casa representa. Os projetos que constroem apenas habitação e infraestrutura – e sua beleza – correm o risco de submergir totalmente diante de valores tão generalizados quanto antiurbanos, seja qual for a renda do consumidor a que se destinam. Essa é a fisionomia da cidade: potências formais das unidades, que pressupõe vazios contempladores, anuladas por muros e divisas não previamente consideradas. Os casos dos conjuntos populares modernos em São Paulo indicam algo mais: a película comunicadora e urbana que acintosamente envolve o volume “puro” e idealizado é também desejo de configuração geral.

Vê-se que as questões iniciais do percurso do arquiteto persistem, mas a realidade urbana brasileira exigiu-lhe transformações que levaram a soluções originais. A ênfase na intensificação ou instauração de um sentido de cidade nas propostas de habitação coletiva levou a uma modificação radical do papel do edifício como massa genérica da morfologia urbana. As referências tipológicas e formais, que consolidavam as posições arquitetônicas adotadas, foram atenuadas, ou mesmo anuladas, por causa das novas exigências. O edifício, ou bloco habitacional, passa a ser provocado e conformado por urgências territoriais “pós-urbanas” que caracterizam ocupações mais recentes na cidade, em detrimento de resíduos de configurações urbanas presentes ou latentes nas ocupações anteriores.

As novas carências de moradia enfrentam condições agravadas por causa das pressões imobiliárias e fundiárias que rareiam os terrenos disponíveis. Desocupações de áreas de interesse especulativo movimentam a população carente em direção a terrenos cada vez mais inadequados, quer seja por suas condições de risco, quer seja por serem áreas de proteção ambiental. Assim, ainda que a situação de renda tenha melhorado nos últimos anos, a questão habitacional sofre um novo patamar de precariedade. Nessa nova condição, o nexos urbano volatiliza-se, e suas referências espaciais diretas desaparecem, em direção à brutalidade das condições físicas da geografia, ou devastada ou intata. Novas táticas para instauração de alguma dimensão urbana se fazem necessárias na imposição de dificuldades primitivas da “vida nua”, que nada têm a ver com idealizações culturais da natureza, quer sejam elas organicistas, eco-tropicalistas ou modernas.

A “regressão” ambiental transforma o edifício habitacional, até então definidor da morfologia urbana desejada, em protagonista da estruturação do território anecúmeno. Nos projetos para o Morar Carioca (2011) e para o Renova São Paulo

(2011), os terrenos íngremes indicaram a possibilidade de se utilizar edifícios escalonados para vencer das alturas, associados a passarelas de pedestres. A precariedade dos assentamentos nessas situações territoriais limites dificulta ou impede as conexões internas, bases de qualquer sistema de interação e coesão. Essas passam a ser a ênfase dos projetos, novamente nos nexos internos, e deles com o entorno próximo e com a cidade. Esse esquema de fluxos e conexões direciona o enfrentamento do território: a própria rua se transforma em algo distinto, mais dinâmico e espacialmente novo.

Ocorre uma radical transformação espacial, na medida em que novos elementos produzem um supraterritório que articula um estrato infraurbano, por meio de conexões e continuidades entre o existente mantido e a estrutura projetada. Uma alteração em comparação à dinâmica anterior, na medida em que foi agora necessário recorrer a uma estratégia em que a espacialidade se autonomiza circunstancialmente em relação às narrativas urbanas originais que consideravam um remanescente ajustável a partir de suas virtualidades espaciais. A centralidade temporal dos nexos anteriores é subordinada aos encadeamentos espaciais e de movimento nessas povoações desestruturadas, nas quais se impõe a necessidade e praticamente inexistem sinais materiais de conformação de “círculos maiores” de sociabilidade.

É o caso do Boulevard da Paz (2010), na zona sul de São Paulo, situado em área de proteção ambiental da Represa de Guarapiranga. Terreno acidentado, formado por cumeeiras e vales que foram precariamente ocupados. A liberação da área dos córregos e o adensamento nas partes mais altas do terreno é a estratégia adotada pela ação pública, seja por questões ambientais, seja por questões urbanas. As áreas mais altas são mais estruturadas e portanto são o ponto de contato com o bairro e a cidade. No projeto realizado, o fundamental para a designação espacial são os acessos elevados que interligam as três colinas adensadas, dando-lhes uma unidade social e territorial que a topografia e a precariedade da ocupação não permitem. O sistema de passarelas e edifícios escalonados possibilita a mobilidade funcional e comunitária que libera o fundo dos vales para lazer e preservação ambiental. Uma nova sintaxe espacial que pretende gerar formas urbanas em áreas nas quais a ocupação não pode se valer de qualquer resíduo cultural cidadão para organizar a vida comum. Os novos elementos arquitetônicos e os próprios edifícios passam a definir o espaço segundo suas qualidades de circulação e articulação. As tipologias estáveis são ultrapassadas – como narrativas de configurações sociais mais abrangentes – pelos nexos de

espacialidades e dinâmicas de acesso, circulação e encontro. O espaço resultante é novo, incerto e radical.

O percurso aqui apresentado elegeu um dos aspectos do extenso trabalho do arquiteto Héctor Vigliecca. Além de projetos com programas diversificados, das propostas para habitação coletiva podem ser retiradas múltiplas questões de interesse. Mas a relação entre a arquitetura e a cidade nesses trabalhos representa um valioso estudo de caso, principalmente por sua atuação em um meio cultural e disciplinar que possui uma tradição que lhe é diametralmente oposta. Foi necessário destacar uma espécie de “metodologia” de projeto, cujo objetivo é claro: o enervamento ou a criação de um ambiente urbano contemporâneo, aposta das mais responsáveis diante do quadro desagregador das últimas décadas. Principalmente em países sem inércia urbana material considerável, nos quais o registro de cidade como espaço de sociabilidade e de dinâmica pública é restrito e frágil. A produção habitacional é estratégia fundamental para a transformação urbana, articulada à infraestrutura, equipamentos e espaços públicos. E constitui, nesses poucos exemplos dentre tantos de sua vasta produção, o elemento essencial da urbanidade a ser alcançada.

A coerência dessa “metodologia” não é sinal de resultados homogêneos, ao contrário, tal atenção à realidade social e territorial produz, na mesma medida, uma multiplicidade de soluções. As dificuldades encontradas são muitas, principalmente aquelas que se chocam com os objetivos primeiros, a afirmação de valores coletivos, sobretudo em seus emblemas espaciais. Segurança, exclusividade, propriedade individual, individualismo e violência – em sentido abrangente – se associam a uma genética social rural, ainda que eminentemente em forma urbana há algumas décadas. Muitas soluções encontradas são promissoras, apresentam resultados facilmente identificáveis, no sentido aqui proposto. Outras não repercutem as ideias originais, principalmente aquelas que tratam dos espaços coletivos. Mas esse dado realimenta a “metodologia”, que cobra ainda mais clareza e precisão urbana para potencializar a identificação e o uso coletivos. O processo projetual apresentado, se analisado com cuidado, é esclarecedor e apresenta um desenvolvimento próprio consistente; um trabalho “em progresso” mas com uma diretriz inconfundível.

Partindo da tradição tipológica e do “lugar”, Vigliecca respondeu aos desafios locais com agilidade e experimentação. Percorre então um caminho próprio e profícuo que procura responder, na prática, os debates sobre as possibilidades atuais da urbe.

Esse percurso, aqui esquematizado, pode ser resumido em um gráfico no qual, quando o “coeficiente de cidade” vai se dissipando, a inovação espacial é exigida. Essa liberação relativa dos “significantes” não está, todavia, sob o imperativo reificador da linguagem arquitetônica – espécie de determinação comum das experimentações disciplinares hoje. Mantém nexos realistas, a ponto de reconhecer a própria erosão da vida – urbana – e reagir com os instrumentos validados na história da cidade e da arquitetura: densidade, quadra-bloco, alinhamentos, ruas, fachadas, hierarquia dos espaços coletivos etc. Esses têm sido, no entanto, pressionados por novas significações, seja pela precariedade social avançada, seja por novas formas de associação, representação e comunicação. As novas configurações sociais são fluídas, instáveis e, principalmente, desterritorializadas. Com elas a arquitetura tem, necessariamente, uma relação incerta, na medida em que constrói a estabilidade e o território. Vigliecca reafirma a tectônica, a produção física do ambiente como fato cultural, cuja tradução plena é a cidade.

Tal identificação direta entre processo civilizatório e cidade nos é estranho. Talvez seja essa a grande expressão do déficit social de nossa modernização conservadora. O construto máximo da cultura humanística, a forma urbana secular, ou sua imaginação, constituiu o meio e a finalidade de um projeto de emancipação social. Sua crise é a crise do processo civilizatório, como concebido pela burguesia europeia e suas ideologias modernizantes. O choque entre essa ideia e a realidade urbana consumada pelas contradições sociais põe em risco o ciclo moderno, conforme se pode observar nas novas formas brutais das cidades. A experiência arquitetônica de Héctor Vigliecca em São Paulo permite portanto questionar, além dos fundamentos de nossa modernização incompleta e seus desdobramentos disciplinares, os próprios limites do projeto cultural moderno que teve, como grande expressão nas últimas décadas, a reafirmação da cidade como o lugar da vida emancipada. O enfrentamento de realidades alheias a esse imperativo permite compreender os limites de ambos.